

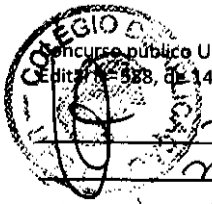


1. Na perspectiva de Marx, o Estado é a superestrutura, que depende da sociedade civil - compreendida como base econômica. Na sociedade civil são formadas as classes sociais, na compreensão de Marx a classe burguesa e a classe proletária, ambas as classes possuem antagonismos, que são insuperáveis na visão marxiana. Insuperáveis, porque para a classe burguesa prosseguir com os seus interesses - mais-valia e consequentemente o lucro - é necessário que a classe proletária não tenha consciência da situação de dominação e exploração, pois para que a classe burguesa mantenha o poder é preciso ter uma classe de trabalhadores, que são explorados pelo sistema capitalista de produção. Essa classe é explorada, porque os proprietários dos meios de produção - a burguesia - retiram parte de seus salários no final do mês, gerando lucros para a burguesia.

Dessa forma, Marx vê o Estado como um resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que está ligado à divisão da sociedade em classes e que tem no Estado a origem da luta de classes. Portanto, o Estado não é neutro, mas sim um instrumento de dominação da classe burguesa - proprietária dos meios de produção - sobre a classe proletária - que detém a força de trabalho.

Na visão de Marx, o Estado é o aparelho ou o conjunto de aparelhos cuja principal atribuição é tentar impedir que o antagonismo de classe se gere em luta. Desta forma, contribui para reforçar a manutenção do domínio da classe dominante sobre a classe doprimida. Assim, temes a dominação de uma classe sobre a outra, isto é, o poder organizado de uma classe para oprimir uma outra, sendo o Estado a expressão dessa dominação de classe.

Portanto para o autor, o Estado é um organismo estranho



Estado para a sociedade, que tem suas próprias leis internas, sua burocracia e estrutura a ponto de parecer independente. Encontramos, assim, em contínuo centralizados burocrático, militar e policial, que acaba por exprimir a sociedade como se fosse um corpo social separado, mas que ao mesmo tempo exprime o poder da classe dominante. Logo, podemos concluir, que o Estado tem origem na sociedade, nasce das classes e é a expressão da luta de classes e da dominação de uma classe sobre outra.

A segunda perspectiva que apresento é a de Max Weber. Para Weber o Estado racional é definido como uma comunidade humana que mantém o monopólio de uso legítimo da força física dentro de determinado território. Desta forma, o Estado é a única fonte do direito de usar a violência e se constitui em uma relação de homens dominando homens e essa relação é mantida por meio da violência considerada legítima.

Desta forma, para que o Estado exerça seu poder é preciso que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade alegada pelas diferentes do poder no referido Estado e que os dominados obedeçam e reconheçam sua autoridade como legítima. Assim, os elementos essenciais para a manutenção do Estado é o reconhecimento da autoridade e da legitimidade.

Para Weber, o poder é consequentemente a dominação das ideias de uma pessoa sobre um determinado grupo pode ser de três tipos: a dominação tradicional, a dominação carismática e a dominação legal. O primeiro tipo de dominação é aquele onde um grupo de pessoas obedece à pessoa delegada pela tradição, as ordens são legítimas pela força da tradição, na qual a pessoa delegada interpreta a tradição. O segundo tipo de dominação é sustentado pela crença dos subordinados nas qualidades superiores do líder, a obediência se deve ao seu carisma. O último tipo de dominação se sus-

Tanto por meio das leis, nos se obedece diretamente ao soberano, mas ao discrição e a voz como membro da sociedade.

A dominância legal corresponde a toda estrutura moderna do Estado, como também toda a organização empresarial ou nos que disponha de um quadro administrativo.

Para o autor, a dominância presente no Estado era algo consciente, que o homem aceitava pacificamente, que com ele não havia conflito, aceitável e legítima. Já para Marx quando a classe dominada tomava consciência da sua dominância abria-se caminho a luta de classe e a transformação social.

Sabemos que por essas perspectivas podemos compreender a política como a forma de atividade ou máximo humano que está estritamente ligada ao poder, ou seja, o conjunto de meios que permitem alcançar os efeitos desejados.

2. O Brasil é um país que vive uma constante intermitência em seus regimes democráticos. Desde a proclamação da república tivemos períodos com golpes e ditaduras, como: o golpe de 1930, colocando fim a República do café com leite; o golpe que deu origem ao Estado Novo na Era Vargas e o golpe de 1964, com a instalação do regime militar. Também nós podemos afirmar que todo o período republicano foi democrático, pois nós era toda a sociedade que gozava de direitos reconhecidos nas constituições.

O Brasil é um país que seguiu os preceitos do consenso Neoliberal e se alinhou a nova etapa do capitalismo globalizado, a era da acumulação flexível. Neste consenso as grandes potências determinaram certas regras para que os países "subdesenvolvidos" seguissem para terem suas dívidas negociadas. O objetivo dessas potências era ampliar seus mercados para outros países do mundo.

Já é de conhecimento de estudantes da globalização e de

na nova etapa do capitalismo, que, nos momentos de  
crise mundial e de globalização e de neoliberalismo  
nos foram cumpridos, inclusive, houve conquistas muito  
pequenas para os países mais pobres, que tiveram suas econo-  
mias internas desarticuladas — podemos observar isso na popu-  
lação rural do Brasil que nos consegue conciliar com os preços  
praticados pelo agro negócio. Além disso, ocorreu no aú-  
mento do desemprego, na ampliação da desigualdade social e  
na concentração de riqueza de uma pequena parcela da  
população mundial.

Temos que levar em consideração a questão do trabalho na  
na nova fase do capitalismo, que com a automação nos  
precisa mais de uma grande quantidade de trabalhadores  
para expandir seus lucros. O setor industrial que gera mais  
empregos foi o comércio e, houve uma maior oferta de emprego  
no setor de serviços, que nos tem a mesma capacidade de  
absorção do setor industrial e que paga menos.

A questão da crise econômica e do desemprego, caiu na  
conta do Estado, que não tem a capacidade de conter  
a crise e fez as reformas que vem a tempo sendo  
feitas em outros países, onde houve uma regressão dos  
direitos sociais, que vem sendo da tutela do Estado, como:  
a previdência, trabalho, saúde, etc. Essa conjuntura fez  
com que outro governo viesse ao poder no Brasil, com intuito de  
que as reformas exigidas pelas potências mundiais fossem  
executadas e que o crescimento econômico fosse retomado.

Então podemos dizer que os interesses de um pequeno  
grupo estão sendo impostos a parcela da população domes-  
tica, que caso estas reformas sejam todas implantadas  
separará graves consequências de regressão de direitos, como  
o acesso a aposentadoria.

A implementação destas reformas têm causado um processo  
de "desfiliação social" nos qual o acesso ao trabalho

é negado a uma grande parte da população, que passa a viver em condições miseráveis e de completa exclusão do consumo.

Essas reformas inauguradas com a nova etapa do capitalismo fez com que víssemos uma crise do contrato social, na qual as perdas nos mais excluídos do que incluídos. Sontes diz que passamos do pré-contratualismo - onde havia possibilidade de inclusão de pessoas no contrato social ao pós-contratualismo - onde nos há nenhuma esperança de inclusão. Sontes argumenta, que pto passamos do pré/pós-contratualismo sem termos passado pelo contratualismo.

É importante destacar que os países que fizeram reformas - de previdência e do trabalho - nam lugares onde os direitos sociais eram amplamente difundidos. Quando diz um país como o Brasil que nos conseguiu fazer reformas sociais que fundam ampliando o direito da população no bem estar social, ao desregular esses direitos que nos foram amplamente difundido pode ter em graves danos a população mais pobre.

Quis argumentar que o Estado brasileiro, que tem a frente visões de mundo - ideologias - da classe dominante tem buscado impor medidas para preservar seus próprios interesses. Este Estado tem enfrentado uma crise de legitimidade, que diz respeito a legitimidade do governo e o exercício de seu poder de impor reformas de grande amplitude sem consultar a população. Reformas que incidem em direitos básicos, que foram conquistados ao longo dos anos por essa população.

### 3. Tema: "Poder, Política e Estado"

Recorte temático: Tipos de dominações em Max Weber

Metodologia: Em um primeiro momento, será conceituado



Estado na visão de Max Weber. Em um segundo momento, sua explicação sobre o poder. Em um terceiro momento caracteriza os tipos de dominações: dominação tradicional, dominação carismática e dominação legal. Em um quarto momento, será realizado a síntese da temática abordada em sala de aula.

- Relevância: A relevância da temática "Poder, Política e Estado" no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da turma 1001, do 1º ano do Ensino Médio, está na proximidade que os alunos costumam ter com esta temática em seu cotidiano. Desta forma, espera-se ter contribuído com a aprendizagem do aluno para compreender o funcionamento do Estado, da Política e do poder. Como também ampliar suas visões de mundo, rompendo com o senso comum e trazendo o engajamento para o exercício do seu direito de voto, que está próximo de ser alcançado.

Recursos didáticos: Quadro, piloto, imagens contextualizadas e projetor de slides.

Avaliação: Será proposto como avaliação, que a turma leve exemplos no seu cotidiano dos tipos de dominações discutidas para poder mais refletir em conjunto.